

# Carta do Fórum Educacional e Sindical do SINESP 2021 com o tema “As transformações do Estado e suas implicações na Educação Pública”

No vigésimo nono ano de sua fundação, o SINESP realizou o Fórum Educacional e Sindical nos dias 29 e 30 de junho de 2021:

## 1) Contexto

- O mundo se vê em meio à pandemia de Covid 19, que atinge os povos da América Latina de forma mais dura, devido à desigualdade social que aqui prevalece, levando populações mais vulneráveis a maior desamparo e sofrimento.
- No Brasil, a condução e o tratamento da pandemia se dá de forma errática e irresponsável, pelo governo Bolsonaro. Há a negação da sua gravidade, da eficácia das normas de proteção individuais e sociais recomendadas pela ciência, demora na compra de vacinas, desunião nas esferas federal, estaduais e municipais e suspeitas de corrupção que começam a ser investigadas pela CPI do Senado Federal.
- Soma-se a tudo isso Projetos de Lei e Emendas Constitucionais que tramitam pelo Parlamento de cunho ultraliberal, muitos dos quais eximindo o Estado brasileiro de atribuições de proteção social previstas na Constituição Federal de 1988.
- Essas propostas almejam a prevalência do setor financeiro, a transferência de dinheiro público a instituições privadas, a oferta privada de educação, saúde, previdência, como estratégia prioritária de valorização e reprodução do capital.
- Tudo isso numa hora de grande sofrimento, em que as famílias brasileiras choram quase seiscentas mil mortes. Numa hora em que a população mais precisa que o Estado cumpra a sua função de proteção social, como estabelece a C.F. 1988.

## 2) Conclusões do Fórum

- Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 não se identificou, como agora, tantas proposições tramitando no Congresso contendo retrocessos, retirada de direitos, privatizações, e mesmo o desmonte da própria Constituição Federal no que toca regras de contratação e estrutura das carreiras dos Servidores Públicos.
- A oferta educacional se dá nessas proposituras pela privatização da educação, financiada com dinheiro público. Mecanismos como educação através de vouchers, incentivo à escolha dos pais, educação domiciliar, privatização da gestão das escolas, bolsas de estudo pagas com dinheiro público a escolas privadas, confessionais ou filantrópicas.
- A consequência disso é a desobrigação do Estado para com a educação, a gestão da educação através de fundos milionários, ávidos por verbas públicas, com pouca ou nenhuma regulamentação, ampliação do monopólio das corporações digitais, em descompasso com educação pública.
- Há crescente diminuição e desvalorização de quadros de carreira na educação, desqualificação da força de trabalho, uberização, tutorias, desprofissionalização.
- A defesa do SINESP é pelo acesso à educação escolar como direito humano, gerida e financiada pelo Estado, laica, obrigatória para crianças e adolescentes, regulamentada, profissionalizada submetida ao escrutínio da crítica, da participação e da gestão democrática.
- Nesse contexto, a atenção se volta à atualidade do pensamento de Paulo Freire, cujo centenário se comemora nesse ano de 2021. Resistir e fortalecer-se nesses tempos sombrios remete o educador à defesa de um ambiente escolar como espaço social de cidadania, de solidariedade, de inclusão e libertação.

- Marcas da pedagogia freireana: educação é ato político, que se faz presente na forma de organizar o currículo, o tempo e o espaço escolar, na forma de gestão e de elaboração do Projeto Político Pedagógico. Que o currículo não seja alheio à vida dos educandos e alimente a esperança, a não desistência, a inclusão. Que a educação leve à crítica e ação frente ao que está posto, em busca de uma realidade mais justa, mais humanitária. Que a realidade seja entendida como construção social, condicionada, mas não determinada. Que o educador se compreenda como sujeito do conhecimento juntamente com o educando. Que se lembre dos saberes indispensáveis à prática educativa: pesquisar, dialogar tendo amor ao mundo e aos seres humanos. Que tenha fé, esperança e vá à luta nos sindicatos, nos espaços coletivos. Que tenham humildade, como seres inacabados e incompletos que não se bastam, mas precisam do outro para se completarem. Que vejam a educação como uma forma de intervenção no mundo, para nos emancipar e para tirar de cima de nós o que impede nossa humanidade.

- A pandemia surpreendeu o mundo. No Brasil, os educadores encararam uma realidade adversa, tanto em trabalho remoto como presencialmente, caso este dos Gestores Educacionais do Município de São Paulo, que além de arriscar a própria vida e colocar em risco a de seus familiares, enfrentaram a incompetência e o descaso por parte da SME e dos órgãos centrais, na gestão Covas/Nunes. Não fosse a greve sanitária pela vida que durou mais de cem dias, o número de mortes entre educadores e quadros de apoio seria maior. Nesse contexto, a vacinação antecipada aos educadores não se deu pela benesse do governador Dória, mas foi fruto da greve e da luta sindical, no Município de São Paulo encabeçada pelo Fórum das Entidades, do qual o SINESP é membro atuante.

- Pesquisa da UFMG e CNTE sobre o trabalho docente na pandemia, realizada em junho de 2020 entre professores da Educação Básica de diferentes modalidades de ensino e de todos os estados da federação mostrou como os sistemas escolares se adaptaram ao distanciamento para oferecer o ensino remoto. Enfrentaram muitos problemas como falta de suporte institucional das redes de ensino; dificuldades de compartilhar equipamentos, falta de estrutura em casa para as aulas, estudantes sem condição para acompanhar aulas remotas por falta de equipamentos e acesso à internet; falta de estrutura na casa; tarefas domésticas em acúmulo com as profissionais; aumento de horas trabalhadas; diminuição da participação dos alunos, com prejuízo do conteúdo.

- Consequências adversas foram relatadas na pesquisa sobre o trabalho remoto dos docentes: excesso de esforço para mitigar prejuízos; sobrecarga de trabalho e dispêndio de energia, expondo profissionais ao estresse e ao adoecimento; angústia quanto à efetividade do seu trabalho, tudo isso agravado pelo contexto político desfavorável de crise generalizada na saúde, economia, desemprego, acirramento das desigualdades e governo negacionista.

- O período pós pandêmico também preocupa os educadores: ameaças às carreiras pela Reforma Administrativa, aos concursos, ensino híbrido como tendência, novos cenários ainda desconhecidos a serem enfrentados.

- Quanto aos Gestores Educacionais, a opressão é uma preocupação constante, por serem os principais alvos das cobranças dos sistemas de ensino. Políticas de responsabilização estão presentes; planejam o trabalho escolar almejando metas, sem levar em conta reais condições das escolas, dos educadores e dos educandos. Os erros cometidos nos níveis governamentais são muitas vezes cobrados da direção da escola. Há um alto índice de estresse e adoecimento profissional, como indica a Pesquisa Retrato da Rede, promovida anualmente pelo SINESP.

- O Projeto de Emenda Constitucional 32/2020. propõe um desmonte da Constituição Federal de 1988. Vem com a clara intenção de usurpar direitos dos servidores e dos cidadãos. No que se refere ao serviço público, abrindo as portas ao aparelhamento político partidário do Estado, ao clientelismo. À população, negando o atendimento que ora é garantido como dever do Estado pela C.F. 1988.

- A PEC 32/2020. é o ápice de um processo antecedido pela aprovação das Reformas Previdenciária, Trabalhista e da Emenda Constitucional do teto de gastos, com limite às políticas públicas e gastos sociais até 2036, todas tendo como falso mote a necessidade de ajuste fiscal. A PEC 32 é proposta autoritária na sua origem, formulada sem nenhuma consulta à sociedade, feita por tecnocratas ligados a assessorias privadas, em meio ao caos econômico e social da pandemia. É antirrepublicana, concede superpoderes ao presidente, governadores, prefeitos, altera a estrutura administrativa sem passar pelo parlamento, desequilibra os poderes e cria relação de poder imperial entre o executivo e a população. É privatista e fiscalista, seu único objetivo é destruir o gasto público com educação, saúde, segurança, facilitando a privatização. Propõe reforma trabalhista no âmbito do serviço público: acaba com a estabilidade; cria novas formas de contratação por tempo determinado, rotatividade, mecanismos fáceis de demissão, facilitando os governos de plantão; prevê período de experiência no lugar de estágio probatório, gerando insegurança jurídica; mais grave, substitui cargos comissionados por indicação política, sem nenhum critério. Hoje, servidores de carreira assumem esses cargos, para garantir a continuidade das administrações. Se aprovada, a PEC 32 coloca um milhão de cargos comissionados nos âmbitos federal, estadual e municipal a bel prazer dos governantes. Já está sendo chamada PEC da “rachadinha”, pois institucionaliza corrupção política, patrimonialismo, nepotismo, colocando-os na Constituição Federal.

- É a privatização do serviço público. Transforma políticas de Estado em políticas destinadas ao mercado, com possibilidade de escolas privadas assumirem as públicas, inclusive na gestão, o mesmo valendo para a saúde. É o Estado mínimo para a sociedade, a coletividade e o Estado máximo para os detentores do capital, é o mercado usufruindo dos recursos públicos para interesses privados. A lógica do setor privado é gerar lucro, enriquecer o empresário. A lógica pública é, através das políticas públicas, promover inclusão social, democracia, produzir valor social. Transformar o Estado em empresa é a pior proposta possível para a população brasileira.

- Educação é direito humano fundamental e não pode ser confundido com serviço essencial, como prevê o Projeto de Lei 5595/2020 que tramita no Congresso Nacional. O conceito jurídico de serviço ou atividade essencial está ligado ao que é inadiável para a sobrevivência, segurança, para salvar vidas – corpo de bombeiros, ambulância, segurança, socorro, assistência aos desamparados, em caso de calamidade pública. Já a educação, como direito humano, coloca-se no âmbito dos direitos sociais, fundamentais para combater as desigualdades, garantir cidadania, participação e igualdade de direitos na sociedade. Colocar na lei a educação como serviço essencial, como quer o PL 5595 é tirar do educador o direito à greve, mesmo em caso de luta pela sobrevivência como ocorreu de fevereiro a maio de 2021, por ocasião da greve sanitária pela vida, com volta segura às aulas presenciais.

- Três medidas serão bem vindas para superar essa situação : coragem para reverter a lógica econômica, colocando-a a serviço das pessoas, como diz a CF 1988 ; exigir a retomada do cumprimento do Plano Nacional de Educação ; exigir que a gestão da educação seja devolvida aos educadores e não realizada por pessoas ligadas à economia, ao mercado, que nunca pisaram o chão da escola. Que a Pedagogia seja a ciência que embasa as políticas de educação.

- A complexidade crescente no mundo do trabalho traz grandes desafios aos sindicatos. As novas tecnologias – internet, automatização crescente, redes sociais, inteligência artificial – trazem nova dinâmica sob a qual se organizam as empresas e o mundo do trabalho. O setor de ensino também é impactado; depois da pandemia, em que a tecnologia imperou, a forma de trabalhar não será a mesma.

- O contingente de trabalhadores no nosso país se divide em três segmentos: um terço da força de trabalho com proteção previdenciária e sindical; um terço de trabalhadores autônomos, domésticos, na informalidade, nunca tiveram sindicato; e os trabalhadores que atuam em pequenas empresas terceirizados, quarterizados, com e sem proteção sindical e previdenciária. São diferentes aglomerados

que requerem atenção sindical. O Brasil passa por reformas que flexibilizam o mundo do trabalho enfraquecendo os direitos trabalhistas e os sindicatos.

- Historicamente o movimento sindical começou com a solidariedade entre trabalhadores que conviviam no mesmo espaço, o que hoje não ocorre. O grande desafio que se apresenta é a reestruturação do sindicalismo que dê resposta a esse novo mundo, capaz de articular, reunir e organizar trabalhadores dispersos, fragmentados e mediados pela tecnologia. Resposta sindical e política a essa realidade requer a atenção dos dirigentes e da classe trabalhadora.

Diretoria do SINESP – Julho de 2021